

# Administração e Governo do Território Federal do Rio Branco

Cap. CLÓVIS NOVA DA COSTA.

(Governador do Território Federal do Rio Branco)

Simultaneamente com a divulgação de estudos teóricos sobre os mais diversos assuntos de interesse para a administração, a Revista do Serviço Público tem dedicado especial atenção aos problemas de natureza eminentemente prática — problemas cuja solução se impõe, de imediato. Desde o início, cuidou esta Revista de dar aos temas administrativos o relevo que eles na verdade possuem, encarando-os, ora sob o prisma doutrinário, ora sob o ângulo estritamente pragmático. Assim, vão se alargando, entre nós, os domínios da ciência e da técnica de administração. E os múltiplos problemas nacionais são cuidadosamente examinados tanto no plano da especulação teórico-doutrinária como no âmbito da execução das atividades objetivas do Estado. Planejamento administrativo e financeiro, organização, orçamento, pessoal, material, obras, documentação, as atividades-fins do Estado — em suma, todos os magños problemas da nacionalidade — têm sido objeto de criteriosa investigação e debate através das páginas da Revista do Serviço Público. Alguns dos nossos maiores problemas têm sido, aliás, discutidos, pela primeira vez e com maior autoridade, nessas páginas. Tal é o caso, entre tantos, dos problemas relativos à administração territorial e planejamento regional. Tal é o caso, por exemplo, do Território Federal do Rio Branco.

Em número sucessivos (setembro, outubro e novembro de 1945) publicou a Rev. do Serviço Público o ensaio de análise geo-econômica do Sr. Araújo Cavalcanti, intitulado "Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco".

Em seguida, publicou a contribuição do Deputado Federal Antônio Martins, "A Valorização da Amazônia e o Território do Rio Branco" (número de julho-agosto de 1948). Agora divulga, no presente número, o trabalho do Capitão Clóvis Nova da Costa. Trata-se de um depoimento da maior significação sobre os inúmeros problemas de administração e governo da longínqua unidade federativa brasileira, prestado, exatamente, pelo seu mais autorizado intérprete, que é o próprio Governador do Território. (N. R.)

## SUMÁRIO

Advertência inicial. I — Introdução. — II — O Território Federal do Rio Branco, como área naturalmente eleita, para fins de planejamento econômico da Amazônia. III — Aspecto fisiográfico do zoneamento natural do Território do Rio Branco. IV — Aspecto Geral do Território Federal do Rio Branco. V — O problema da Pecuária. VI — O problema da Agricultura. VII — Indústria extrativa vegetal. VIII — Indústria extrativa animal. IX — Indústria extrativa mineral. X — Indústrias diversas. XI — Transporte. XII — Custo de Vida. XIII — Saúde. XIV — Maternidade e infância. XV — Educação. XVI — Segurança e guarda. XVII — Obras. XVIII — Produção, terras e colonização. — XIX — Finanças. XX — Imprensa e Divulgação. XXI — Serviço de Geografia e Estatística. XXII — Serviço de Radiocomunicações. XXIII — Abastecimento d'água XXIV — Aquisição de veículos, máquinas e outros materiais. XXV — Secretaria Geral. XXVI — Serviço de Administração geral. XXVII — Conclusão: Bases do Plano de Valorização Econômica do Território Federal do Rio Branco.



## ADVERTÊNCIA INICIAL

O presente depoimento, tem o legítimo significado de uma mensagem do Governo do Território do Rio Branco ao Congresso Nacional e à opinião pública. Ao submetê-lo à apreciação dos Senhores Senadores e Deputados, principalmente dos parlamentares que constituem a Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, — por intermédio da Revista do Serviço Público — faço-o exclusivamente no interesse de proporcionar uma visão global dos problemas vitais do Território Federal do Rio Branco, cujo Governo me foi confiado, há quase um ano, pelo Excelentíssimo Senhor General de Divisão, Eurico Gaspar Dutra, D. D. Presidente da República. Estou certo de que os respeitáveis parlamentares, após a leitura das páginas que se seguem, incluirão o Território Federal do Rio Branco no âmbito das suas mais elevadas cogitações, em virtude das possibilidades que a referida entidade oferece à Amazônia e ao País.

## I — INTRODUÇÃO

“Os Territórios existentes, com exceção do de Fernando de Noronha, ocupam, posições avançadas na região amazônica, e, desse modo, não podem objetivar apenas os problemas da faixa litorânea, mas, sobretudo, os de aproveitamento econômico do maior espaço inaproveitado do país”.

Presidente *Eurico Gaspar Dutra*, na “Mensagem apresentada ao Congresso Nacional”, pág. 31, 1948.

\* \* \*

“O Território Federal do Rio Branco está predestinado a ser uma das regiões mais ricas e prósperas do continente, caso o Governo Federal se disponha a fazer investimentos de capitais em empreendimentos de sentido reprodutivo; ainda mais, qualquer investimento do Governo Federal, nessa região, produzirá resultados extraordinários e, num curto período de tempo, a União terá esses investimentos devolvidos e multiplicados, numa exuberante demonstração de riqueza e prosperidade”.

*Araújo Cavalcanti*, in “Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco”, A Noite Editôra, Rio, 1.<sup>a</sup> edição, pág. 44, 1945.

Ao submeter o presente depoimento à Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, com o que atendo ao honroso convite de seus membros para colaborar nos estudos de soerguimento de áreas amazônicas, desejo inicialmente me referir à obra de Alexandre Ha-

milton Rice, sobre a Guiana Brasileira, mesmo porque esta contribuição tem em vista complementá-la, em virtude de conter informações sobre a atualidade da mais importante porção da área estudada pelo referido cientista.

De fato, a tradução da obra de Alexandre Hamilton Rice, “The Rio Branco, Uraricuera and Parima”, promovida pela Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, por proposta do primeiro Deputado riobranquense, Antônio Martins, vem colocar — ainda mais — em foco, uma das regiões ecumênicas do globo, onde hoje se delimita o Território Federal do Rio Branco.

A expedição do ilustre cientista, a quem a Real Sociedade de Geografia de Londres conferira a Medalha de Ouro, não se notabilizou, exclusivamente, por haver esquadrinhado terras ignotas, atingindo, até então, inacessíveis pontos, de onde pôde divisar, sem de fato atingi-la, a cota mais alta das chapadas do maciço das Guianas, o Roraima, colossal paralelepípedo da serra Paracaima.

Notabilizou-se, sobretudo, pelos meios científicos de que se serviu, pondo termo de vêz, na sua cômoda aventura de milionário, aos processos coloniais dos desbravamentos heróicos.

Graças a tais meios, principalmente o avião, por exemplo, pôde Hamilton Rice, como pioneiro da aerofotogrametria, melhor orientar os rumos de sua expedição, além de conseguir excelentes resultados nos trabalhos de reconhecimento e levantamento, que muito favoreceram o traçado de um dos melhores mapas do Território em estudo.

Não fôra os métodos científicos de que se utilizou, com o auxílio da equipe de especialistas que integraram a Expedição, o relato de Hamilton Rice, talvez, nem sequer tivesse o valor das descrições no gênero, porquanto as peripécias de sua marcha não se poderiam comparar, em face do confronto dos meios, com as que se antepuseram às investidas dos heróicos pioneiros coloniais. (1)

(1) No interior daquela grande ilha, ou nova Mesopotâmia buscou-se, por mais de um século o lago Parimé e a Vila de Manoa do Dorado, em cuja procura pereceram tantos exploradores.

“Tenho em minhas mãos um bosquejo de mapa, e uma síntese do diário de um alemão, o mais moderno explorador do lago Parimé.

Comunicou-me no Pará seu mesmo autor (Nicolas Horstman) que pelo ano de 1741 subiu pelo rio Essequibo,



Torna-se imperioso salientar, ainda que "The Rio Branco, Uraricuera, and Parima", com que Rice concorreu para melhor revelar ao mundo científico o centro de interê:se riobranquense, constitui, apenas, um dos poucos relatos divulgados, nada se sabendo, ao certo, dos estudos mais profundos que empreendeu sôbre as possibilidades econômicas, em tórno do quadrilátero da Guiana Brasileira, por êle demarcado.

O fundo de superficialidade da narração, constituído de informações de teor quase jornalístico, não invalida, entretanto, de maneira nenhuma, o mérito da obra, pois, além de seu significado no cenário da ciência, exprime as reações de um alienígena em contacto com os contrastes amazônicos. Mais que isso, representa, ainda, um ligeiro documentário do que era, há poucos anos, o atual Território Federal do Rio Branco.

Verifica-se, por aí, na desproporção entre o excesso de espaço e a escassez do elemento humano, o mais doloroso contraste, que é o do homem ser mendigo na terra onde poderia possuir o El-Dorado, que tanto atraiu os primitivos exploradores.

Tal contraste se evidencia, porém, mais por falta de recursos, por pobreza de meios e deficiência de técnica, do que, prôpriamente, por insuficiência de capacidade civilizadora.

Convém ressaltar, a êsse respeito, que a região riobranquense, do ponto de vista da exploração de seus recursos em proveito da civilização, tem sido objeto de preocupações, desde os tempos coloniais, quando os dramas da primitiva ocupação aguçaram, no espírito das nações interessadas, o sentido da posse e da conquista.

Daí o fato de ser a área riobranquense, cujo fascínio estimulará, ainda, por muito tempo, o ânimo dos desbravadores, uma das regiões mais esquadrinhadas da terra, tanto por aventureiros como por cientistas, conforme bem observou Nabuco, ao sustentar os direitos brasileiros nas fronteiras outrora em litígio. (2)

e desde a sua boca que cai no Oceano entre o rio Surinan e o Orinoco até suas fontes. Atravessou todo o interior da Guyana com mil trabalhos, passando de rios a lagoas e campos abertos, arrastando e às vezes carregando sua canoa, até que se deixou levar pela corrente de um rio que chamam os portugueses de rio Branco, o qual desagua no Negro pela banda do Norte, sem haver achado nada do que buscava". (La Condamine).

(2) Joaquim Nabuco — "Fronteiras do Brasil com a Guiana Inglesa. O Direito do Brasil" — Paris, 1903 — pág. 125 — Lahure, editor.

Nos primitivos tempos de colonização, como que a incentivar o espírito de conquista, ousadas "expedições de resgate" atingiram os campos do Alto Rio Branco, em busca de "Manôa", que as serras do planalto setentrional protegiam.

A essas "bandeiras", que serviram para revelar as possibilidades da economia local, através das numerosas tribos que se descobriram e das "campinas" que tentaram os aventureiros, seguiram-se expedições de reconhecimento, como o fim de reafirmar direitos de posse em terras que os caçadores da Manôa começavam a explorar.

Criadas, no curso do tempo, as condições propícias aos conflitos de soberania, em que o Brasil sempre fez valer os seus direitos, a área riobranquense passou a constituir centro de interêse científico, transformados os seus rios em roteiros prediletos de cientistas.

Verificou-se, dêsse modo, que Alexandre Hamilton Rice, que inaugurou no quadrilátero guianense novos sistemas de expedição científica se integra na procissão dos pioneiros, ao lado dos maiores cientistas que demandaram ao Rio Branco.

Seu relatório tem, portanto, para fins de planejamento econômico, na conformidade do preceito constitucional, o valor de um excelente subsídio aos trabalhos de levantamento, mostrando aos olhos do mundo o abandono de uma das mais ricas porções da bacia amazônica.

A êsse valioso subsídio, entretanto, devem-se incluir informações atualizadas sôbre o Território Federal do Rio Branco, conforme se segue, e pelos quais se demonstram, através dos fatos, os resultados até agora alcançados, através das atividades do Govêrno Territorial.

## *II — O Território Federal do Rio Branco como área naturalmente eleita, para fins de planejamento Econômico da Amazônia*

A obra de planejamento econômico, no sentido de valorização da Amazônia, não pode abranger tôda a imensa bacia, senão certas áreas que reúnem melhores condições de desenvolvimento. Segundo Wappaeus, o rio Amazonas cobre um espaço equivalente a cinco sextos da Europa. Metade, aproximadamente, dêsse espaço, se inclui no Brasil. Se juntarmos a bacia do Tocantins, a qual aliás, lhe pertence, estimar-se-á uma região de cêrca de 2.700.000 milhas quadradas. Assim



sendo, a obra de planejamento econômico da Amazônia compreenderia uma superfície maior que as das bacias do Mississipi, do Prata e do Orenoco, reunidas. Que valor teriam, para essa imensidade, os recursos oriundos do art. 199 e seu parágrafo único da Constituição? No pensar de Reclus, a região amazônica constitui, pela sua própria natureza, seus produtos e suas populações, um mundo distinto, com uma passagem direta, que só a ela pertence, para a Europa e a América do Norte. É esse mundo, que seria duas vezes maior que o Brasil se a ele se juntassem partes amazônicas da Venezuela, da Colômbia, do Equador, do Perú e da Bolívia, compreende mais da metade do país.

Impõe-se, dêsse modo, um sério trabalho de pesquisa no sentido da escolha das áreas mais propícias, como, por exemplo, a do Rio Branco, que, apesar de não se encontrar suficientemente ocupada no presente, sempre atraiu a atenção dos exploradores, desde os tempos coloniais, pelas duas feições que o caracterizam, conforme observação de Joaquim Nabuco; “sua abundância e os seus campos, a facilidade de movimento nas suas margens, uma vez vencida a região baixa da floresta”. (3)

(3) “O rio Branco, Quecevene ou Paraviana, no linguajar americano, ficou desvendado definitivamente, ao dealbar do século XVIII. Constava que do vale maravilhoso passavam os holandeses da colônia do Surinam para relações comerciais com as nações indígenas.

O paraense Francisco Ferreira detem as honras de herói da aventura. Por várias vezes correu-lhes as águas descobrindo as campinas, o Uraricoera, o Tacutú e outros ramos operando descobrimentos lucrativos para as aldeias do Negro, principalmente a de Aracary. Em 1736, o maranhense Christovam Ayres Botelho repetiu a aventura com êxito. José Miguel Ayres afazendado nas cercanias de Belém e tronco de uma família gráuda da Capitania do Pará, fechou o ciclo das entradas portuguesas ali, em meados do século.

De todos êsses vultos homéricos que revelaram o rio Branco, a crônica conserva em destaque o nome de Francisco Xavier de Andrade. Tipo varonil, a sua palavra era de fiar-se. A sua ciência em assuntos, mesmo os mais graves, o fazia merecedor da estima, do respeito, das autoridades, porque ocupou cargos de confiança mostrando-se sempre zeloso, fiel cumpridor das obrigações.

Vamos encontrá-lo, em 1740, companheiro e muito provavelmente guia de Lourenço Belfort, na mais importante entrada naquele trecho da Amazônia, quando o Creso maranhense — que deixou nome em fortuna e como dos iniciadores da cultura do bicho da seda no Brasil — à frente de uma grande tropa de resgate lá chegou por ordem do Governador e Capitão General do Pará, João de Abreu Castelo Branco. Durante meses, o vale foi batido. No Uraricoera os dois instalaram pousada, destacando contingentes que reconheceram os campos em mais

Contra a escolha do Território Federal do Rio Branco, como área naturalmente eleita para fins de planejamento econômico, podem se insurgir os argumentos de sua inacessibilidade, não só em virtude das cachoeiras, principalmente as de Caracarái, como também das elevações da Região Montanhosa, que dificultam o escoadouro das riquezas regionais pela faixa lindeira, até os portos estrangeiros do Atlântico, mais próximos do que via Manaus. Tais argumentos, porém, não têm cabimento, nos dias de hoje. Mesmo nos tempos coloniais quando a navegação se fazia pelos meios mais primitivos, em barcos à vela, pataches, canoas e batelões, o Rio Branco se incluiu entre os rios mais explorados, havendo mesmo expedições, como a do famoso Frederico Barata, porta-bandeira de Sua Majestade — que contornaram totalmente a Nova Mesopotâmia. Várias outras promoveram a ligação da Bacia do Amazonas com a do Orinoco.

Estude-se e aproveite-se o potencial hidrelétrico do Uraricuera; explorem-se os lençóis de petróleo, a ser lançado facilmente por oleodutos nos portos do Oceano; aproveitem-se as reservas de carvão e as jazidas de seus variados minerais; impalnte-se, em bases duradouras, a pecuária racional nos campos gerais — que o acesso ao Rio Branco se fará fácil e naturalmente.

Verifica-se, através dessas possibilidades, que, com exceção da pecuária, que reclama providências imediatas, o problema econômico do Rio Branco está ainda na decorrência de grandes investimentos em pesquisas, principalmente de petróleo, de carvão e de outras riquezas minerais, de que a região é abundante, conforme se deduz das aflorações espontâneas dos tesouros do subsolo.

No aranhol amazônico, cujo labirinto de águas retalha cerca de 4 750.000 kms<sup>2</sup> de terras brasileiras, o Rio Branco, que procede do planalto das Guianas, é apenas um tributário do Negro. Mas, essa categoria de sub-afluente em nada compromete a sua grandiosidade, mesmo em confronto com os mais importantes formadores dêsse “oceano de água doce, cortado e dividido pela terra”, de que fala Agassiz. Os próprios rios que o formam,

de um mês de jornada. Chegaram às proximidades da Cordilheira Parimá, rendendo o feito, a Lourenço Belfort, vultosa partida de índios, com que encheu suas fazendas do Mearim e do Itapicurú, no Maranhão”.

(ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS — História do Amazonas — Manaus — 1931 — Págs. 57 e 58).



o Tacutú e o Uraricuera, podem ser comparados às mais importantes artérias de outras bacias.

Antes de ligeiras notícias sôbre a fisiografia do Território, é preciso observar que não é, prôpriamente, a sua principal artéria fluvial, constituída pela junção de dois importantes rios de planalto, que caracteriza o Território Federal do Rio Branco. O Rio Branco, bastante estudado em todo o seu curso, caracteriza, apenas, uma parte do Território. As regiões que demandam o planalto, seguindo o curso do Uraricuera e do Tacutú, rios que descem do maciço Guiano e terão importantes função econômica no futuro, constituem, de fato, as partes mais importantes da fisiografia territorial. (4)

### III — Aspectos Fisiográficos do Zoneamento natural do Território Federal do Rio Branco

A parte do Baixo Rio Branco, principalmente no setor compreendido desde as primeiras corredeiras

(4) "O Rio Branco entra pela margem esquerda no Rio Negro, do qual é o maior tributário, à cerca de 56 léguas de sua foz, e torna-se notável pelo seu aspecto, que é um pouco diferente daquêle que geralmente apresentam os outros rios da Amazônia".

\* \* \*

"O Rio Branco lança-se no Rio Negro por três bocas: a 1.<sup>a</sup>, a mais oriental está na Lat S. de 1°28' e na Longitude 315°40', segundo os exploradores portugueses de 1787; esta primeira boca dista da segunda dois terços de légua, e da terceira três léguas. A boca a que deram o nome de Anajahu, que é a mais ocidental, oferece uma disposição singular, pois que as águas que por ela saem formam um braço de rio que corre por muito tempo paralelo ao ramo principal, comunicando depois com êle, mas continuando ainda para cima até se comunicar com o rio Serüny, de modo que as águas que saem por esta boca no Rio Negro, pertencem tanto ao Rio Branco como ao Serüny.

A direção do seu curso varia entre N. e S. e NE e SO., e o seu curso, depois das explorações feitas pela comissão brasileira encarregada das demarcações de limites e as explorações do engenheiro Haag, é calculado em 560 quilômetros, contados da boca até a confluência com o Tacutú e Uraricuera, na qual foi construído pelos portugueses o forte de S. Joaquim do Rio Branco; destes dois rios, cuja confluência, segundo o mapa de Simões de Carvalho, é colocada à Lat. 3°1' e na Long. de 317° da ilha do Ferro, o segundo é que parece ser o principal e portanto continuação do Rio Branco.

Êste rio Uraricuera não está completamente explorado na parte do seu curso para o S. depois da confluência com o Uraricará até às nascentes do Aurys, e daí em diante dão-lhe o nome de Parimé ou Paruimé; a sua direção geral é de E. a O., tendo por afluentes da margem esquerda rios cujas nascentes são próximas da serra Paracaima, o Auara, o Parimé, o Cauianá, o Idumé, o Uraricará; pela margem direita temos alguns importantes como o Combú, o Alcamea ou Acamea, o Paruainá".

\* \* \*

"No Rio Branco a 380 quilômetros da foz começa a região encachoeirada, a qual se estende por mais de 24

de Caracará até os chavascas onde o portentoso rio se escancara no Negro, representa, do ponto de vista fisiográfico, uma continuidade do imenso revestimento hileiano, com reservas de riqueza florestal ainda quase intactas.

Trata-se de uma zona que não poderá contrariar os processos tradicionais da economia amazônica, em virtude de sua peculiaridade. A êsses processos se aferrará, certamente, quando, esgotados os recursos naturais de outras partes da floresta equatorial em condições mais favoráveis de exploração lucrativa, tornar-se centro de interêsse da penetração colonizadora.

Essa porção tipicamente amazônica do Território Federal do Rio Branco, com abundância de chuvas, clima super-únido e ocorrências praticamente intactas das principais espécies do revestimento hileiano, tão cedo não se incorporará, por assim dizer, à economia do Território Federal do Rio Branco, de vêz que representa um prolongamento da economia extrativista do Estado do Amazonas, baseada na coleta e no assalto aos tesouros da selva.

Pouco se poderá dizer, porém, sôbre suas reais possibilidades econômicas, sem fugirmos ao campo da dedução, tendo em vista regiões idênticas do aranhol amazônico. Probabilidades do aproveitamento racional de seus aluviões; cálculos sôbre

quilômetros; as principais são, subindo o rio, as de nome S. Filipe, do Rabino, Pancada-Grande e Cachoeirinha. A da Pancada-Grande é formada por três quedas, a de S. Filipe tem um salto de um metro e 60 na vasante. Quase todos os afluentes têm cachoeiras em maior ou menor número, de maior ou menor importância.

Segundo o Sr. Alex. Haag, êste rio oferece as diferenças máximas entre a enchente e a vasante de 10 metros e 50 abaixo das cachoeiras e de 13 metros acima na confluência do Tacutú e Uraricuera. Estas variações, segundo os escritos do infeliz explorador Gustavo Wallis, não são tão consideráveis, pois que na parte superior êle só achou a diferença de 7 metros e 10 junto ao forte S. Joaquim; esta divergência porém não é para admirar, pois que as vasantes e enchentes não são iguais em todos os anos; às vezes são espantosas.

Eu recordo-me de que em 1867, passando pelas bocas do Rio Branco, a vasante tinha sido tão forte e posera a descoberto tão grande número de praias e por tal forma extensas, que o grande caudal parecia modestíssimo rio correndo dividido por aqueles areais.

A sua máxima corrente na força da vasante é de uma milha, mas vai crescendo com as águas e chega a três milhas. A vasante começa em junho quando também descem as águas do Rio Negro. Os repiques ou enchentes parciais com baixa imediata e pouco considerável, são muito freqüentes".

(BARÃO DE MARAJÓ — As Regiões Amazônicas — Lisboa, 1895 — Imprensa de Libânio da Silva — Páginas 239-246).



possibilidade lucrativa de sua agricultura de várzea, em grande escala; perspectivas da indústria madeireira; vantagens da silvicultura das espécies de maior cotação e resultados práticos de investimentos em experiências de caráter ecológico, tudo isso ainda pertence ao campo das pesquisas agrônômicas, apesar de serem similares as suas condições às de outras áreas já investigadas da planície.

A colonização do Baixo Rio Branco se vem fazendo por isto mesmo, através dos anos, na decorrência da exploração dos recursos florestais, aleatória e rotineiramente, motivo porque seus acanhados núcleos de população, acusando os menores índices, não se desenvolvem progressivamente, e estacionam, quando não desaparecem. O Baixo Rio Branco constituirá, assim, por muito tempo, fisiográfica e economicamente, uma integração do Estado do Amazonas.

A partir de Caracaraí, o Território Federal do Rio Branco anuncia, com as primeiras elevações que se entremostam na linha do horizonte, um violento contraste entre a planície, caracterizada pela Hiléia do Baixo Rio Branco, e a "peneplanície", constituída pelo trecho visinho de elevações que não ascendem a duzentos metros. É que extensa porção do Território Federal do Rio Branco, numa área ainda imprecisamente definida, se enquadra no planalto das Guianas, onde se alteiam os terrenos antiquíssimos, possíveis prolongamentos dos terrenos cristalinos que servem de base ao Planalto Brasileiro, de paredões abruptos e chapadas tubulares. O planalto Guiano, que serve de divisor entre a bacia do Amazonas e do Orinoco, bem como dos rios guianenses, tem suas mais altas cotas no Território Federal do Rio Branco.

É magnífica, portanto, a posição geopolítica do Território Federal do Rio Branco, que o predispõe, desde que adequadamente povoado, a erigir-se em um dos principais centros de interesse da comunidade dos povos amazônicos.

Diante dessa realidade, em que se comprova o atraso do Baixo Rio Branco, em comparação com o relativo progresso do Alto Rio Branco, sugere a interpretação dos fatos que o setor das florestas equatoriais oferece ao homem amazônico menor atração, em virtude dos resultados práticos alcançados, do que os campos e as chapadas, nas terras firmes. É que as condições do Alto Rio Branco e da Região Montanhosa possibilitam uma

economia mais lucrativa, baseada na pecuária e no extrativismo mineral.

A preferência do homem, e o conseqüente progresso dessas regiões, parece assim ditada pela obtenção de melhores resultados do esforço colonizador. Conclui-se, dêsse modo, que a solução do problema da complementação da economia de toda a Amazônia, no sentido de supri-la dos elementos que a região das florestas equatoriais não pode proporcionar, está verdadeiramente ligada ao da ocupação racional, ou melhor, ao adequado aproveitamento da abundância de espaço, em sentido geopolítico, do Alto Rio Branco e da Região Montanhosa, um dos maiores reservatórios de ecúmeno do globo.

Os campos naturais, a despeito da pobreza de suas pastagens, das suas deficiências de mineral, principalmente sal e cálcio, facilmente supríveis pela técnica, oferecem possibilidades à pecuária, tão grandes quanto as dos pampas sulinos, bastando que se implante a agro-pecuária em condições racionais.

Alarmam-se os técnicos com o definhamento racial e o decréscimo numérico dos rebanhos, buscando as causas na raiva e noutras doenças dizimadoras, como também na falta de sal, de cálcio e nos deficits de outros minerais, que tornam pobres as pastagens.

No entretanto, além de medidas de caráter meramente terapêutico com que se tem procurado atenuar a mortandade, combatendo as doenças e controlando as matanças — fatos que ocorrem até mesmo nos maiores centros pecuaristas — quase nada se tem feito no sentido de melhorar as condições da região pastoril, pela renovação dos rebanhos com sangue novo; disseminação do zebu; implantação de medidas preventivas; medidas de higiene sanitária capazes de evitar o contágio, principalmente das verminoses, cujos sintomas são similares aos da raiva; construção de bebedouros higiênicos; instituição de postos zootécnicos e constituição, enfim, da pecuária racional, na zona pastoril, que é a mais habitada do Território e a de economia mais definida, apesar de sua precariedade.

Agora é que o Governo do Território toma providências decisivas no sentido da completa substituição dos métodos da economia pecuarista do Rio Branco, onde toda a Amazônia poderá en-



contrar, em futuro próximo, o seu maior centro de suprimento.

Os campos naturais, que se estendem pelas cabeceiras dos altos rios, entre elevações planálticas, ao lado dos paredões e das chapadas na Região Montanhosa, somam as características fundamentais do contraste fisiográfico que oferece a peneplanície riobranquense, denotando uma violenta mudança na maior bacia do mundo.

Define-se, dêsse modo, um meio peculiar, na área abrangida pelo Território do Rio Branco. Sendo seus recursos diferentes dos das regiões hileanas da Amazônia propriamente dita, a economia da parte brasileira do maciço Guiano, combinada com as áreas campestres de terras firmes, que se delineiam com as elevações gradativas da planície, tem que possuir, também, uma economia diferente, moldada na natureza de suas reservas. Por isto mesmo, o Território Federal do Rio Branco terá de constituir um contraste econômico na Amazônia, sendo de fato uma das regiões do mundo dotadas das melhores condições de progresso; terras para a agricultura e a pecuária, em regime de associação; recursos florestais quase intactos; possibilidade de energia hidráulica abundantes; recursos minerais variados, ainda entesourados no segredo de seu sub-solo.

Após essas ligeiras considerações, analisemos o que tem feito o Governo Territorial, que se orienta, sobretudo, em objetivos de modificar as condições de habitabilidade do meio, a fim de torná-lo propício à civilização.

#### IV — Aspecto Geral do Território Federal do Rio Branco

O Território Federal do Rio Branco, criado por força do decreto-lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943, foi instalado em 20 de junho do ano seguinte.

Situado no extremo setentrional do País, o Território limita-se; ao oeste, norte e sul, com o rio Jamundá ou Nhamundá, da sua nascente principal na serra Massarí até o paralelo da nascente principal do rio Alalaú, seguindo por êsse paralelo até alcançar a referida nascente, com o rio Alalaú até a sua foz no Jauaperí, descendo, por êsse até a foz do rio Negro e por êste rio acima até a foz do rio Jufarí; a sudoeste, com o rio Jufarí desde a sua foz até a sua nascente principal; o

divisor de águas entre os rios Demení e o Xeruini; desde a nascente principal do rio Jufarí até o divisor de águas entre o Demení e o Catrimani, êste divisor até encontrar o paralelo que passa pela nascente principal do Catrimani e seguindo por êste até a serra do Parima (Decreto-lei número 6.550, de 31-5-44).

O Território tem importante posição geográfica, pois lhe ficam adjacentes estados estrangeiros aos quais está ligado por ar e por terra.

Possuidor de uma superfície, que mede, aproximadamente, 250.000 km<sup>2</sup> e compreende duas zonas perfeitamente distintas, uma típica da imensa planície amazônica, de que é integrante, ao sul, e outra constituída pelos campos gerais, rumo à Venezuela e Guiana Britânica, apresentando nesta o seu sistema orográfico, é o rio Branco, inegavelmente, uma dádiva da natureza, e que de futuro, com o aproveitamento racional de suas riquezas, surgirá aos olhos do Brasil, como celeiro de inestimáveis recursos econômicos.

Para isso, todavia, é mister a elaboração e execução de um plano de colonização sistemática, com o apoio do Governo Central, objetivando o aumento da densidade demográfica da grande área, aonde apenas existem, segundo as cifras estatísticas, cerca de 15.000 habitantes.

Diante da superfície e da população, encontramos um coeficiente demográfico insignificante, acusando 0,06 habitantes por km<sup>2</sup>. É essa rarefação populacional a causa que impede o desenvolvimento econômico da região, retardando, conseqüentemente, a execução das atividades administrativas.

Impõe-se, por isso, uma ajuda especial do Governo da União, extra-orçamento, favorecendo a colonização do Território, cujas excelentes condições agrológicas permitem situar grande número de colonos, objetivando o aproveitamento das terras que desafiam a ação do homem.

Esse sistema de colonização exige, entretanto, providências especiais, sem as quais não surtirá o efeito pretendido. Dentre essas providências, que julgo fundamentais à obtenção de êxito, se podem destacar: estudo e loteamento das terras; instalação de núcleos agrícolas com assistência técnica adequada; instrução e assistência sanitária; auxílio material aos colonos durante o período de



adaptação, proporcionando-se-lhes convenientes condições de vida.

#### V — O Problema da Pecuária

Com a fundação das Fazendas São Bento, São José e São Marcos, ainda nos tempos do Brasil-Colônia, trazidos por Lobo d'Almada, as savanas do Rio Branco pisaram os primeiros bovidos, que, mais tarde, viriam constituir a base econômica da região. Com 50.000 quilômetros quadrados de campos gerais, o Rio Branco chegou a possuir para mais de 300.000 cabeças de gado vacum, mais tarde dizimadas quase pela metade.

Não obstante o decréscimo sensível sofrido pelos rebanhos, a pecuária continua a ser um dos mais poderosos esteios da economia riobranquense. Convém salientar, porém, que os métodos criatórios usados são, até hoje, os mais rudimentares que se conhecem.

Para adoção de um regime de criação bem orientado, está o Governo do Território empenhado em adquirir os remanescentes da fazenda São Marcos, patrimônio da União votado ao abandono, onde localizará uma fazenda experimental, instalando ainda um laboratório de produtos veterinários e de pesquisas, destinado a prestar assistência aos rebanhos desprotegidos, criados à solta, reproduzindo-se a mantendo-se à mercê da própria natureza.

Dentro de suas possibilidades, tem o Governo, por seu órgão competente, prestado assistência aos rebanhos, vacinando-os contra as epizotias mais frequentes, fornecendo ainda arame farpado pelo preço de aquisição aos criadores, além de reprodutores que, embora não sendo de alta linhagem, vêm servindo para melhorar o tipo crioulo predominante.

Para o serviço de vacinação intensiva, além de um veterinário, conta a Divisão de Produção, Terras e Colonização com outros auxiliares que, constantemente, empregando suas atividades nêsses mistér, visitam as fazendas que se espalham pelo hinterland do Território.

#### VI — O Problema da Agricultura

Não obstante a fertilidade do solo, outros fatores, dentre eles a insignificância da população e dificuldade de transporte, têm impedido o desenvolvimento da agricultura.

Somente através de um sistema de colonização, fixando-se o homem ao solo, é possível incrementar o cultivo das terras, adotando-se, concomitantemente, métodos modernos, em substituição ao sistema obsoleto, que ainda está sendo usado.

O Governo, dispondo de algum equipamento agrário, o tem cedido, sob o regime de empréstimo, aos agricultores, que pretendem, assim, melhorar sua produção. Todavia, o que existe é ainda insuficiente para que se possa executar um largo plano de proteção à agricultura.

Aberta e trafegável, que já se acha, a rodovia Boa Vista-Caracaraí, à sua margem vêm sendo localizados pequenos agricultores sob a assistência do Governo Territorial.

Há, entretanto, dispersos pelo interior, pequenos núcleos agrícolas produzindo farinha de mandioca, milho, feijão, arroz, macacheira e sobretudo tabaco, cuja cultura é, na região, a mais apreciável. Esses núcleos estão situados às margens dos rios Branco, Uraricoera, Majari e Tacutú, existindo também os centrais, às proximidades das serras do Taiana, da Moça e do Tabaio. (5)

#### VII — Indústria Extrativa Vegetal

As grandes reservas florestais, compreendidas na zona tipicamente amazônica, e ao longo da região montanhosa, não puderam, ainda, em conse-

(5) O Território Federal do Rio Branco, em matéria de produção agrícola, não sugere índices dignos de nota. Toda a região riobranquense vive sob os efeitos da indústria extrativa mineral e da pecuária rotineira, sendo inexpressiva a própria produção vegetal. A produção agrícola não chega nem para as necessidades complementares de alimentação de suas populações. Essa incipiência e quase nulidade de produção agrícola influi consideravelmente no regime alimentar das populações locais, tendo já Hamilton Rice observado os trágicos efeitos daí decorrentes. Entretanto, as zonas de terra firme, no Alto Rio Branco e a zona planáltica, com elevações que abrangem uma área de mais de 8.000 km<sup>2</sup>, na região montanhosa, apresentam condições favoráveis a uma produção agrícola em grande escala, pela uberdade do solo e condições climáticas propícias. Gustavo Wallis já anotou a uberdade do solo riobranquense nas partes do curso inferior do rio. Entretanto, alcançada a máxima produção das espécies mais variadas e lucrativas, o Território Federal do Rio Branco não encontraria escoadouro fácil nem mercados de consumo satisfatórios, principalmente no Alto Rio Branco, a não ser que a produção obtida se orientasse no sentido do abastecimento dos núcleos internacionais lindeiros. Isto, porém, só seria possível se fossem melhoradas as condições de acesso, pela construção de uma estrada em direção ao porto atlântico de Georgetown, e se fosse adotada uma nova política comercial internacional, à base de portos francos e direitos recíprocos. Por outro lado, a agricultura, nessas áreas, ainda teria de enfrentar os óbices impostos pelas vantagens da pecuária e da produção extrativa



qüência de uma série de inúmeros obstáculos, ser racionalmente aproveitadas.

Sabe-se, entretanto, da existência de excelentes qualidades de madeira de lei como sejam: "aguano, cdro, sucupira, itaúba, mamacaúba, pau mulato, pau rainha, pau darco, pau roxo, frei jorge, vulgarmente conhecido sob o nome de "freijó", saboarana, nampá, angico e os louros — chumbo, rosa, abacate, e aritú".

A extração dessas madeiras não obedece a nenhum processo sistemático. Não há mesmo quem se dedique a esse tipo de indústria que, noutros pontos da região amazônica, constitui excelente fonte de economia.

O número de construções realizadas em 1947 veio demonstrar o valor econômico das madeiras de lei, a cuja extração, embora empregando processos primitivos, se entregam alguns moradores da região.

No sentido de aproveitar melhor as madeiras destinadas às diversas construções, o Governo não poupou esforços, com o fim de manter estável o funcionamento de uma serraria de sua propriedade, instalada no bairro do Calungá.

A carência do aparelhamento próprio, as dificuldades de transporte e a deficiência de braços são causa fundamentais que impedem a exploração das reservas florestais do Rio Branco, sob bases racionais.

De origem vegetal, existem produtos cuja exploração vem sendo feita, tais como, balata, castanha,

mineral, que concorrem para o abandono das atividades agrícolas. No Alto Rio Branco existem cerca de .... 5.549.017.154 m<sup>2</sup> de fazendas, em número de apenas 276, com um total de população bovina avaliado em .. 120.401 cabeças. Aí também se localiza o maior agrupamento da população territorial, que é apenas de quase 15.000 habitantes, numa superfície maior que a do Estado de S. Paulo. Quanto à agricultura na região montanhosa, as possibilidades ainda são menores, em virtude do difícil acesso e do fato de aí se localizar cerca de 8% dos habitantes do Território. E, no que diz respeito à agricultura no Baixo Rio Branco, onde permanecem intactos os recursos florestais, apenas culturas de várzea poderiam ser empreendidas, visando o abastecimento de Manaus, que é um mercado de consumo inexpressivo, pois os 10% da população territorial que aí existem se rarefazem nas zonas alagadiças, votados a uma incipiente produção extrativa vegetal de borracha, balata, castanha, sementes e madeiras".

(Exceto de "A Margem do Planejamento Econômico da Amazônia", Océlio de Medeiros, págs. 63-64).

borracha, cumarú, sorva, óleos etc., os quais são exportados e vendidos na praça de Manaus. (6)

### VIII — Indústria Extrativa Animal

A exuberância da fauna regional permite, embora com certa dificuldade, a exploração da indústria extrativa animal.

A elevada cotação de que gosam determinadas peles de animais silvestres tem despertado a

(6) O Território Federal do Rio Branco, embora produzindo *borracha fina* (9.830 quilos, no valor de Cr\$ . 119.963,00), *borracha fina fraca* (3.410 quilos, no valor total de Cr\$ 35.123,00) *cernambi em rama* (585 quilos, no valor de Cr\$ 4.973,00) e *balata em blocos* (7.651 quilos, no valor de Cr\$ 128.285,00), não apoia a sua economia na indústria extrativa vegetal. Aqui não figura a produção de castanha, que se escoa pelo Estado do Amazonas, onde é computada.

Por esses dados, a produção vegetal figura em 2.º lugar, com aqueles produtos, no valor de Cr\$ 288.344,00. E' que sua economia se baseia na indústria mineral, produzindo exclusivamente diamante, com 16.106 quilates, no valor de Cr\$ 6.442.400,00, quase a totalidade do valor da produção em geral, que é de Cr\$ 6.764.810,00.

A indústria extrativa animal, que ocupa o terceiro lugar, com 782 quilos de peles: *queixada* (289, *cajititu* (278), *veado* (162), *onça* (30), *maracajá* (18) e *ariranha* (5), no valor total de Cr\$ 34.066,00.

Nestes últimos dois anos, o comércio de diamantes desorganizou a economia regional, em virtude das baixas. Ao contrário do que se verifica no resto da Amazônia, toda vez que um produto cai de cotação, não houve no Rio Branco afluxo para outra indústria extrativa mais rendosa. E' que o Baixo Rio Branco, apesar de suas reservas intactas de recursos florestais, não oferece grandes vantagens financeiras. A região deve recorrer ao gado do Alto Rio Branco e à indústria extrativa vegetal do Baixo Rio Branco.

Sobre a produção extrativa vegetal do Território Federal do Rio Branco, julgamos indispensável transcrever as observações do TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO ARAÚJO CAVALCANTI, na obra referente à recuperação do portentoso Vale:

"A indústria extrativa do Território consiste no aproveitamento irracional — porque devastador — de essências e produtos florestais, madeiras para construção, lenha, etc. As grandes matas do Território se localizam no Baixo Rio Branco e na região montanhosa setentrional. As matas gerais são muito ricas em madeiras de lei, como por exemplo, cedros, sucupira, angico, pau rainha, pau darco, pau-roxo, frei Jorge — que o povo chama Freijó — inúmeras variedades de louros — rosa, chumbo, abacate, aritú, — saboarana, nampá, copaíba e agvano. A quantidade e a variedade de madeiras de valor econômico são impressionantes. Infelizmente, o empirismo, a ausência de crédito, a falta de aparelhamento adequado e a deficiência dos meios de transporte conspiram contra a exploração racional das florestas riobranquenses. (In "Recuperação e desenvolvimento do vale do Rio Branco", página 45, Editora A Noite, Rio, 1945. A obra do Sr. Araújo Cavalcanti foi, também, publicada em números sucessivos da Revista do Serviço Público — setembro, outubro e novembro de 1945; reproduzida no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de janeiro, fevereiro e março de 1945, como contribuição ao aproveitamento do vale do Rio Branco.)



atenção de alguns moradores do hinterland por êsse gênero de produção extrativa animal. Assim é que os couros de caeteté, onça, lontra, maracajá, veado, ariranha e jacaré constituem fonte de renda, sendo exportados e vendidos em Manáus, praça comercial mais próxima.

### IX — Indústria Extrativa Mineral

As reservas minerais, permanecem inexploradas até agora. Apenas o diamante vem sendo explorado através de antiquados processos, carentes de substituição, constituindo, ainda assim, ponderável fonte para a economia regional.

Sabe-se que no Território existem jazidas de ágata, bauxita, betume, carvão de pedra (indícios às proximidades da serra do Tepequem e no curso inferior do rio Uraricaá), cristal de rocha, cobre, enxofre, estanho, mica, ouro, pedras preciosas, etc., tudo isso à espera de uma exploração organizada.

Segundo as opiniões abalizadas dos cientistas beneditinos Don Ildefonso Deigendesck e Alcuino Meyer, ainda hoje residentes no Território, pelo curso médio dos rios Mucajá e Catrimani, numa extensão aproximada de 200 quilômetros de comprimento por 80 de largura, há sinais de possantes jazidas de petróleo”.

Diante dessas opiniões, seria do mais elevado alcance que o Governo da União, pelo órgão técnico competente, procedesse às investigações indispensáveis nos locais apontados.

Para isso, confio na ação patriótica do Governo Federal de quem espero providências, no sentido de serem determinados exames *in-loco* para verificação do que há de positivo a respeito de tão palpitante assunto.

### X — Indústrias Diversas

Os esforços empregados no sentido de incentivar êsse gênero de indústria não têm sido desanimadores.

Ao contrário do que era de esperar; e, considerando-se os obstáculos comuns à terra, existem, em franco funcionamento, sete fábricas de tijolos, telhas e tubos de barros, com produção bastante para atender às necessidades locais.

Vale salientar que o Governo do Território mantém instalada uma olaria mecânica, que veio

servir de estímulo aos particulares, interessados, por isso, presentemente, em melhorar suas instalações primitivas. Os demais gêneros de indústria são quase inexistentes.

Visando ao aproveitamento, ou melhor a evitar o desperdício de avultada quantidade de couro de gado vacum, o Governo Territorial cogita da instalação de um cortume modelo, que será de grande alcance para a economia da região.

### XI — Transporte

E' o transporte o problema fundamental do Rio Branco; e, quiçá, de toda vastíssima planície amazônica.

Debatido desde o século XVII, continua sendo até os dias atuais a preocupação de todos os governos.

Todavia, os planos que, a êsse respeito, se traçaram, nunca atingiram senão a fase dos estudos, sem quaisquer resultados positivos. O Território se acha ligado à praça de Manáus e por seu intermédio às demais, por uma via natural de circulação, aliás, peculiar a toda a Amazônia — o rio.

E' através dessa esteira fluvial em determinado período do ano que quase inavegável se faz o comércio entre o Rio Branco e suas praças abastecedoras.

Convém frizar que o trecho encachoeirado do Rio Branco, entre Caracaraí e Boa Vista, impossibilita a navegação no período que medeia de setembro a abril, o que não raro, trás à população de Boa Vista e de outros núcleos de população situados na zona chamada do Alto Rio Branco e seus afluentes, situações verdadeiramente angustiosas.

E' bem verdade que existe uma linha aérea semanal e regular, mantida pelos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, Ltda., a qual, todavia, não satisfaz plenamente aos anseios do Governo e da coletividade, não somente pela deficiência de espaço para transporte de mercadorias, senão, ainda, pelo elevadíssimo preço do frete, que viria aumentar o valor aquisitivo dos gêneros de primeira necessidade de 500% ou mais.

Diante dessa situação, que não constitui exagero chamar-se de aflitiva para os que mourejam neste trecho do setentrião brasileiro, promoveu o Go-



vêrno a um exame do antigo plano rodoviário do Território, essencialmente da parte referente à ligação terrestre entre Boa Vista e Caracarái.

Após inspeções diversas aos trechos da estrada, foram iniciados os trabalhos, valendo-me de parte dos diaristas dos diversos órgãos da administração territorial e guardas territoriais, positivando, de logo, os melhores resultados.

Nêsse serviço com aquiescência do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, foi aplicado o saldo do auxílio, que anteriormente, havia sido deferido ao Território e que se encontrava em depósito, no Banco do Brasil.

Não obstante a deficiência de maquinária adequada, os trabalhos tiveram apreciável rendimento, sendo alcançado o objetivo colimado após menos de quatro meses de ingentes esforços.

Entregue ao tráfego público, acha-se a rodovia servindo satisfatoriamente às necessidades do governo e da coletividade, ficando dêsse modo solucionado, em parte, o grave problema.

E', entretanto, indispensável o prosseguimento dos trabalhos para a definitiva conclusão dêsse importante melhoramento.

Para tal, imprescindível se torna a concessão de um auxílio especial, visto que os Territórios foram excluídos do Plano Rodoviário Nacional.

Existindo em tôda a extensão da rodovia que mede 153 quilômetros, numerosos cursos d'água e grandes baixadas, aqueles exigindo pontes de maior duração e segurança do que as construídas de madeira tôska e estas reclamando atêrros, justifica-se a concessão do auxílio que se pleiteia.

## XII — *Custo de vida*

O custo de vida nêste Território é excessivamente elevado. Várias causas contribuem para que os preços se mantenham em elevado nível. As dificuldades de transporte e o frete caríssimo são atualmente os fatores determinantes essenciais.

Em 1946, com a instalação da Comissão Territorial de Preços, houve coibição de uma causa ponderável da elevação de preço — os lucros excessivos — hoje tenazmente combatidos, com os mais satisfatórios resultados.

## XIII — *Saúde*

A partir do início das atividades do Serviço Especial de Saúde Pública em Boa Vista, no ano de 1943, muito se há feito no que concerne ao magno problema, que tanto tem preocupado os governos e os povos de todo o mundo.

Com a instalação do Governo Territorial, os serviços de saneamento foram intensificados, por intermédio de seus órgãos técnicos respectivos.

Os resultados obtidos foram, desde então, os melhores, vendo-se, dia a dia, decrescer o índice de moléstias endêmicas, na região.

As Divisões de Saúde e Assistência à Maternidade e à Infância, funcionando regularmente desde o ano de 1945, foram consideravelmente melhoradas no decorrer de 1947, ano em que apresentaram excelente rendimento de trabalho, conforme se pode apreciar dos dados estatísticos anexos.

O impaludismo, entidade morbida, que, em caráter endêmico, assolava o Território, desde a Capital ao seu mais afastado núcleo demográfico, vem sofrendo contínuo combate, ao ponto de haver quase que totalmente desaparecido, não sômente em Boa Vista, senão também em vários pontos do interior, onde a ação do Governo se tem feito sentir com igual segurança.

Um serviço especializado de combate à malária, mantido pelo Governo do Território e dependente da Divisão de Saúde, desenvolve intensiva campanha contra a terrível moléstia, que tantos malefícios vinha ocasionando à região.

Os inúmeros viveiros de mosquitos, vetores da malária, que eram os pequenos depósitos de água estagnada existentes nas adjacências da Capital e da vila de Caracarái, desapareceram, graças ao sistema de escoamento por valas, pôsto em prática com proveitosos resultados.

Além disso, outras moléstias vêm sendo combatidas com êxito, tais como as venéreas, a tuberculose, a lepra, etc.

Para as primeiras, existe uma seção especializada na Divisão de Saúde, atendendo gratuitamente a todos os que ali procuram curar-se.

O índice dessa moléstia, que, em uma cidade de pequena densidade demográfica era quase alarmante, baixou consideravelmente, chegando a



tornar-se mínimo. A tuberculose, conquanto não seja uma doença generalizada no Território, aí tem merecido do Governo especial atenção, no que diz respeito ao seu combate. Tanto assim é, que em 1947, foi designado um médico da Divisão de Saúde para fazer um curso de especialização na Capital Federal, já estando ele após concluí-lo, e regressar a esta cidade, em plena atividade.

A lepra, não obstante o aparecimento de casos esporádicos, tem igualmente merecido especial atenção do Governo do Território.

Possuindo um médico recentemente especializado, a Divisão de Saúde procede ao levantamento do índice leprótico, providenciando sobre o isolamento dos doentes, aos quais está sendo ministrado adequado tratamento gratuito pela aplicação do "Promim", com que se têm obtido esplendidos resultados.

Não descurou também o Governo o combate às verminoses, através de uma profilaxia sistemática, com êxito compensador.

Além dessa assistência continua às diversas moléstias, é prestada, gratuitamente, aos escolares e pessoas reconhecidamente pobres, assistência dentária.

Para esse fim, dispõe o Governo de um bem aparelhado gabinete, que, funcionando com regularidade atende diariamente apreciável número de clientes.

Vale acentuar que, adquirido e instalado em 1947, está funcionando um moderno aparelhamento de raios X.

No que diz respeito à saúde, não é demais afirmar-se que o Território do Rio Branco tem alcançado além do que era de esperar.

#### XIV — Maternidade e Infância

Fatores ponderáveis impuseram ao primeiro Governador do Território, Capitão Garcez dos Reis, a criação de um órgão técnico visando proteger a maternidade e a infância.

Tais fatores foram o ínfimo coeficiente de natalidade e a elevadíssima percentagem de mortalidade infantil.

A Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância, tomando aos seus cuidados o amparo às mães e às crianças, vem prestando relevantes serviços.

Dispondo de dois médicos, sendo um obstetra e outro especializado em pediatria, a Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância atende diariamente a elevado número de gestantes e crianças, assistindo-as, gratuitamente, no ambulatório e a domicílio.

Com seus serviços bem orientados, esse órgão apresentou em 1947 os melhores resultados.

Lançando mão dos recursos enviados pelo Departamento Nacional da Criança, deu-se início à construção de um moderno prédio destinado à maternidade e ao posto de puericultura, quase concluído. (7)

#### XV — Educação

A educação, quando foi instalado o Governo do Território, era assunto de plano secundário, existindo em toda a vastíssima região, que vai do Roraima à foz do Rio Branco, apenas quatro escolas primárias.

Diante desse descaso, o índice de analfabetos apresentava-se alarmante, considerando-se a pequenês da densidade demográfica.

Criada e organizada a Divisão de Educação, funcionando sob métodos modernos de ensino, foi seu objetivo principal difundir a instrução no Território, fazendo para isso o levantamento estatístico da população em idade escolar, na região.

No ano de 1946, além do Grupo Escolar "Lobo d'Almada", das Escolas Supletivas Noturnas, das Escolas Reunidas Professor Diomedes Souto Maior, mantidas pelo Governo do Território, e do curso particular "São José", nesta capital, funcionaram, no interior, 2 escolas reunidas e 4 isoladas, sob os auspícios da Administração Territorial.

Esse total de estabelecimentos de ensino primário foi aumentado em 1947, com a criação de dez novas escolas situadas no interior, todas elas em pleno funcionamento.

Em face da campanha tenaz que o Governo vem travando contra o analfabetismo, tem-se observado sensível decréscimo no índice de iletrados.

(7) Ver os Capítulos III, IV e V da "Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco", Araújo Cavalcanti, edição 1945, págs. 33-130.



Vale ainda frizar que foram construídos, em 1947, os prédios para as escolas de Taiana, Murupú, Anzol e Belém, e iniciadas as construções dos prédios para as de Lagoa de São João, Conceição do Maú, Vila Pereira, Passarão e Aparecida, no interior.

Foram também concluídas as construções de 5 prédios escolares e iniciadas as construções de outros 5, todos nesta cidade, êstes últimos, à conta de auxílio distribuído pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Visando à adoção nas escolas do Território dos mais modernos métodos pedagógicos, o governo enviou à Capital Federal, no decorrer de 1947, duas professoras normalistas, que ali fizeram um curso de aperfeiçoamento, sob a orientação do INEP.

Comparando-se o que era o ensino nesta região, em 1944 com o que hoje existe, pode-se claramente concluir os grandes benefícios que a administração territorial tem proporcionado ao Rio Branco.

Junto ao Grupo Escolar "Lobo d'Almada" vem funcionando com regularidade a Caixa Escolar, que se mantendo de auxílios e contribuições, está preenchedendo seus elevados objetivos.

Sua receita em 1947 atingiu à cifra de Cr\$ .. 13.500,00, contra a despesa de apenas Cr\$ .. 6.000,00.

O material didático adquirido à conta da Caixa Escolar foi distribuído gratuitamente aos alunos pobres de todos os estabelecimentos do Território.

A merenda escolar, sob a orientação da Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância, foi fornecida regularmente, havendo, neste particular, auxílio da Legião Brasileira de Assistência (L.B.A.).

Por intermédio da Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância são gratuitamente assistidos todos os escolares da Capital.

Os residentes no interior, não ficaram no esquecimento.

A Divisão de Saúde, através de seu bem organizado serviço itinerante de assistência social, vem prestando excelentes serviços, medicando os escolares do interior e fornecendo às professoras farta medicação, especialmente vitaminas, sôros, vermífugos, tônicos, etc.

Além da assistência médica, existe a dentária gratuita, a que têm direito todos os alunos, seja qual fôr a condição financeira de seus pais ou responsáveis.

Comprendendo o elevado alcance da exibição de filmes educativos, o Governo adquiriu, em 1947, aparelhos modernos de projeção, com os quais realizará sessões cinematográficas, não somente na Capital, senão também no interior.

Dispondo de uma máquina de filmagem, possui o Governo numerosas películas de aspectos naturais, tôdas elas ligadas à região, às atividades da pública administração etc.

Tais películas têm sido exibidas e comentadas no ato das exibições realizadas para os escolares.

#### XVI — Segurança e Guarda

O Governo do Território, por intermédio da Divisão de Segurança e Guarda, tem orientado e conduzido os serviços de polícia judiciária e administrativa, repressiva e preventiva, de modo a assegurar, dentro do Território, a ordem e tranquilidade pública, garantindo ainda o livre exercício dos direitos individuais, estabelecidos na Constituição e nas leis.

Com uma Delegacia de Polícia na Capital, outra na região diamantífera da serra do Tepequem e várias sub-delegacias nos principais adensamentos demográficos do Território, a Divisão de Segurança e Guarda preencheu, plenamente, em 1947, os seus elevados objetivos.

Em harmonia com a Divisão de Saúde, Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância, a Divisão de Segurança e Guarda através do Comissariado vem desenvolvendo bem orientada campanha contra as doenças venéreas, mantendo para isso um registro de meretrizes, as quais, semanalmente, são submetidas ao regime de inspeções, recebendo quando doentes, tratamento médico gratuito.

O Gabinete de Identificação, Cadastro e Estatística é outra dependência da D.S.G., que bons serviços vem prestando.

Não menos valiosos foram os serviços executados pela Polícia Marítima e de Fronteiras, registrando a entrada e saída de pessoas nacionais e estrangeiras, bem como de embarcações e aeronaves.



A Guarda Territorial, uma das mais importantes dependências da D.S.G., cooperou com eficiência na execução do programa de obras do Governo, incumbindo-se também da vigilância da faixa de fronteiras.

### XVII — Obras

Este setor da administração tem lutado com sérias dificuldades para a execução dos trabalhos de sua competência.

Não obstante tantos obstáculos, impedindo o desenvolvimento do plano de obras traçado, os resultados obtidos em 1947 satisfizeram plenamente.

Foram concluídas as construções de 50 casas residenciais para funcionários, sendo 30 do tipo isolado e 20 geminadas, 5 prédios escolares na Capital, obras essas contratadas com a firma A. M. Dias & Cia., sob a fiscalização da Divisão de Obras.

Em prosseguimento à execução do plano urbanístico da Capital, foram localizadas, e a seguir, contratados, diversos melhoramentos, cujas construções tiveram início sob a orientação técnica da Divisão de Obras.

Os melhoramentos aludidos acima são: mata-douro modelo às proximidades do Igarapé Prí-cuman, subúrbio da Capital praça de esportes constituída de um campo de tennis e quadras de basket e volley ball destinadas ao desenvolvimento do esporte, essencialmente entre escolares.

Além dessas construções, já bastante adiantadas, registrou-se mais a reforma geral da residência do Governador, o acabamento de casa residencial para o encarregado da Uzina Elétrica e Oficina Mecânica do Calungá, estas sob a administração direta da Divisão de Obras.

Sob o regime de contrato tiveram início as construções de 5 escolas rurais na Capital e conclusão de igual número no interior, para o que contou o Governo Territorial com auxílio financeiro do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Foram ainda construídos, no sítio Mecejana, um depósito para armazenamento de inflamáveis, sob empreitada e, sob administração, um prédio destinado ao funcionamento da Seção de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, sendo também efe-

tuada a reconstrução de um armazem no bairro do Rio Couro.

Em colaboração com a Oficina Mecânica, a Divisão de Obras executou a instalação de uma nova rede para iluminação elétrica, fazendo substituir parte da posteação antiga.

Medidas as dificuldades de toda ordem com que vem lutando a administração e verificadas a realizações de 1947, conclui-se que os resultados obtidos foram sensíveis e animadores. (Ver Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco", 1945, Araújo Cavalcanti, págs. 56-130).

### XIII — Produção, Terras e Colonização

As atividades dessa Divisão se processam dentro das possibilidades com que pôde ela contar, em 1947.

Intensificando os serviços de fomento e defesa da agricultura e da pecuária, conseguiram-se excelentes resultados.

De referência à agricultura, com os recursos que lhe foram deferidos, a Divisão de Produção, Terras e Colonização além do combate sistemático às pragas, especialmente à saúva, facilitou aos agricultores a aquisição de ferramentas e utensílios agrícolas, sob o regime de vendas à prazo e por empréstimo, bem como a de arame farpado pelo preço aquisitivo.

Vale adiantar que no combate à saúva todo o material gasto foi adquirido pelo Governo, que nada cobrou nem recebeu pelos serviços prestados.

Visando fomentar a produção agrícola entre os selvícolas das tribos Macuxys e Uaupixanas, o governo forneceu-lhes, gratuitamente, apreciável quantidade de material.

Na fazenda "Bom Intento", propriedade do Território, a D. P. T. C. preparou, a título experimental, 7 hectares de terra destinadas às plantações de milho, feijão, mandioca, bananeiras, abacaxis, etc., obtendo magníficos resultados.

Com o intuito de melhorar as condições alimentares da população local, foi feito, no sítio Mecejana, também pertencente ao Território, o plantio de uma horta, abrangendo uma área de  $\frac{3}{4}$  de hectares e cuja produção oferece bom rendimento.

Por fim, vale ressaltar que a D. P. T. C. mantém instalações adequadas para o beneficia-



mento de arroz, as quais funcionaram regularmente em 1947, dando oportunidade a que os produtores aumentassem sua produção para a futura safra.

No que toca à pecuária a D. P. T. C., tomou o máximo interesse em socorrê-la, para o que, desencadeando incessante campanha contra as epizootias devastadoras, intensificou a aplicação de vacinas, sem qualquer onus para os fazendeiros beneficiados.

Além disso, por intermédio do serviço itinerante de assistência veterinária foram ministrados conhecimentos técnicos aos pecuaristas e demonstradas as vantagens decorrentes dos modernos métodos criatórios.

Sobre o cadastro das terras ocupadas e devolutas, infelizmente, nada foi possível realizar. Todavia, foram pedidas providências do Delegado do Serviço de Patrimônio da União com jurisdição no Território, no sentido de ser regularizado o regime de ocupação e aforamento.

Com a construção da rodovia Boa Vista-Caracará, está sendo procedido ao loteamento de determinada área nas proximidades do rio Mucajá, onde a D. P. T. C. conseguiu instalar 10 famílias que empregarão suas atividades na agricultura.

### XIX — Finanças

O Serviço de Administração Financeira órgão incumbido da movimentação dos créditos orçamentários deferidos ao Território, deu execução cabal aos trabalhos de sua atribuição, obedecendo às recomendações recebidas no tocante ao atendimento das despesas, desde o empenho à liquidação final.

As dotações destinadas ao Território com especificação por verba, em 1947, foram as seguintes:

|                                     | Cr\$          |
|-------------------------------------|---------------|
| Verba I — Pessoal:                  |               |
| Permanente . . . . .                | 7.000.000,00  |
| Extranumerário-mensalista . . . . . | 1.694.000,00  |
| Extranumerário-diarista . . . . .   | 2.231.000,00  |
| Extranumerário-contratado . . . . . | 234.000,00    |
| Vantagens . . . . .                 | 204.200,00    |
| Indenizações . . . . .              | 450.000,00    |
| Total . . . . .                     | 11.814.000,00 |

### Verba 2 — Material:

|  |              |
|--|--------------|
| Permanente . . . . .                   | 3.015.000,00 |
| Consumo . . . . .                      | 3.290.000,00 |
| Diversas despesas . . . . .            | 847.000,00   |
| Outras despesas com material . . . . . | 30.000,00    |
| Total . . . . .                        | 7.182.000,00 |

### Verba 3 — Serviços e Encargos:

|                    |            |
|--------------------|------------|
| Diversos . . . . . | 805.000,00 |
|--------------------|------------|

### Verba 4 — Plano de Obras e Equipamentos:

|                          |              |
|--------------------------|--------------|
| Obras isoladas . . . . . | 2.500.000,00 |
| Equipamentos . . . . .   | 1.000.000,00 |
| Total . . . . .          | 3.500.000,00 |

Afóra esses créditos foi ainda movimentado o saldo no valor de Cr\$ 3.510.500,00, decorrente do exercício de 1946, empenhado sob o título "restos a pagar", da verba 4, referente ao contrato de construção de 50 casas residenciais e 5 escolas, nesta Capital.

Convém salientar que tôdas as faturas apresentadas foram pagas após regular processamento, precedido de empenho dentro dos respectivos duodécimos.

Das dotações citadas foram recolhidos ao Tesouro Nacional, por intermédio do Banco do Brasil, os seguintes saldos:

|                                      | Cr\$         |
|--------------------------------------|--------------|
| Pessoal:                             |              |
| Permanente . . . . .                 | 2.507.630,80 |
| Mensalista . . . . .                 | 302.024,80   |
| Diaristas . . . . .                  | 156.113,00   |
| Contratados . . . . .                | 15.608,00    |
| Vantagens e indenizações . . . . .   | 219.410,60   |
| Total . . . . .                      | 3.200.787,20 |
| Material:                            |              |
| Permanente . . . . .                 | —            |
| Consumo . . . . .                    | 5.000,00     |
| Diversas despesas . . . . .          | 14.023,00    |
| Outras despesas c/material . . . . . | —            |
| Total . . . . .                      | 19.023,00    |
| Serviços e Encargos:                 |              |
| Diversos . . . . .                   | 137.000,00   |
| Total . . . . .                      | 137.000,00   |

### XX — Imprensa e Divulgação

Como dependência do Serviço de Administração Geral, a Seção de Imprensa e Divulgação funcionou até setembro do ano recém-findo, quando passou a constituir repartição autônoma, em face do progressivo aumento de suas atividades. Tem



ainda a seu cargo a confecção do Órgão Oficial, semanário mimeografado, em que se publicam, regularmente, todos os atos oficiais do Território e da Prefeitura Municipal, impondo-se-lhe também às responsabilidades de orientar os trabalhos da Rádio Amplificadora de Boa Vista, destinada à divulgação dos atos públicos administrativos, noticiário geral, palestras literárias, conferências de caráter instrutivo e educacional e de músicas escolhidas, para o que dispõe o Território de numerosos alto-falantes, distribuídos em toda Capital.

Não esqueceu o Governo Territorial de incluir no largo programa de suas realizações, um crescente interesse no que tange às coisas de inteligência e do espírito. Assim, instalou na Capital, subordinando-os ao Departamento de Imprensa e Divulgação, a Biblioteca Pública e o "Jornal de Boa Vista" aquela, acusando, presentemente, uma animadora freqüência e êste despertando, entre a coletividade visível e progressivo gosto pela variada leitura, que se lhe oferece, através desse heddomadário.

Bem é de estimar, portanto, o acerto da medida governamental, dando maior autonomia e mais amplitude de ação ao Departamento de Imprensa e Divulgação, que se movimenta, hoje, por evitar delongas ou embaraços burocráticos intermediários, única e diretamente sujeito ao Gabinete do Governador.

#### XXI — Serviço de Geografia e Estatística

Instalado em abril de 1947, o Serviço em colaboração com a Inspeção Regional de Estatística executou apreciável trabalho, de coleta, crítica, apuração, elaboração e análise dos dados estatísticos e geográficos de interesse do Território, permitindo o conhecimento exato dos trabalhos de bio-estatística e outros inquéritos que por sua natureza lhe estão afetos.

#### XXII — Serviço de Rádio-Comunicações

O funcionamento dêste utilíssimo Serviço data da instalação do Território. Bastante melhorado e ampliado, dispõe atualmente de uma estação central, no palácio do Governo, equipada com dois transmissores de 300 Watts, e 2 receptores; uma na vila de Caracará, com dois transmissões de 100 e 35 Watts, respectivamente, e 2 receptores;

uma no lugar Depósito, região do alto Rio Surumú, nos limites com a Guiana Inglesa, também um transmissor de 100 Watts e 2 receptores e outra em Manáus, com dois transmissões, sendo um de 300 Watts e outro de 35, e dois receptores.

Tôdas essas estações funcionam normalmente alimentadas por grupos eletrogêneos Diesel, marca Witte, sendo 2 de 9 HP e os demais de 4 HP.

As estações de Depósito e Manáus, foram instaladas em 1947.

A ser em breve instalado, existe ainda um transmissor de 100 Watts. Além dêste, possui o Governo do Território 5 transmissores portáteis, de 25 Watts e 3 conjuntos transmissores de Watts, alimentados por acumuladores de 6 e 12 Watts.

Esses aparelhos, ultimamente adquiridos, têm sido usados nas excursões ao interior, permitindo rápida e eficiente comunicação com a capital, e por intermédio da estação central, com todo o País.

A importância dêsse serviço é excusado salientar. Todavia, convém esclarecer que, além do Serviço Oficial, as estações radiográficas do Território têm atendido aos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda., Pelotão de Fronteira, Banco do Brasil, Juízo de Direito e, em casos especiais, quando o Telégrafo Nacional paraliza suas comunicações, pelos constantes desarranjos de seus aparelhos e linhas, até o Comércio, no interesse comum, recebe benefício dêsse órgão.

Para que fique patente a utilidade dêsse Serviço vai abaixo o movimento de transmissões e recepções:

#### Rádios transmitidos e recebidos:

|                             |       |       |
|-----------------------------|-------|-------|
| Estação Central .....       | 7.434 | 7.167 |
| Estação Caracará .....      | 1.594 | 695   |
| Estação Conceição Maú ..... | 928   | 485   |
| Estação Depósito .....      | 672   | 511   |
| Estação Manáus .....        | 355   | 515   |

As estações de Depósito e Manáus começaram a funcionar, respectivamente, em março e novembro de 1947.

Vale ainda mencionar que através dessas estações são expedidas recomendações e ordens de serviço em fonia, bem como solucionados casos inadiáveis.



XXIII — *Abastecimento D'água*

O Sistema de Abastecimento d'água da Capital foi contratado com o Serviço Especial da Saúde Pública em 1946.

Acha-se esse Serviço praticamente concluído, com a distribuição da rede tubular, escavação do poço, assentamento dos motores, faltando apenas a colocação das bombas já recebidas.

Esse Serviço cujo valor dispensa comentários, especialmente, numa cidade em formação, onde todos sentiam a carência de água potável, será inaugurado e entregue ao Governo no próximo mês de fevereiro.

XXIV — *Aquisição de Veículos, Máquinas e outros Materiais*

No decorrer do ano de 1947, em face do desenvolvimento das atividades administrativas, tornou-se indispensável a aquisição de vários veículos e outras máquinas.

Assim é que o Governo adquiriu 5 caminhões marca "International", 7 jeeps, 1 jeep anfíbio, um automóvel Ford V-8, uma barata "Ford", um automóvel "Mercury", uma lancha com motor "Tornicroft", 2 motores "lenta" de 30 HP, 3 conjuntos eletrogêneos, 5 transformadores de alta alta tensão para rede de força e luz, 3 conjuntos transreceptores para telegrafia e fonia, uma bomba de incêndio equipada, 10 eletro-bombas, uma aparelhagem completa de raios X e 2 bombas com motor trifásico.

Adquiriu ainda o Governo equipamento para as casas residenciais destinadas à moradia dos funcionários, um prelo para a Imprensa Oficial e um conjunto de rádio-difusão local.

Dispenso-me de enumerar outras aquisições, visto como teria que relacionar todo o material adquirido à conta das dotações próprias.

XXV — *Secretaria Geral*

Órgão auxiliar do Governador, desenvolveu setor da administração pública excelente trabalho, no exame de matérias atinentes à administração, coordenando e orientando as atividades das diversas repartições do Território.

Foi, sob todos os aspectos, um órgão de eficiente produção, promovendo o entendimento entre as

Divisões e Serviços, controlando, ainda, o movimento administrativo do Município.

XXVI — *Serviço de Administração Geral*

Incumbido da orientação, execução, fiscalização e coordenação das atividades de administração geral do Governo, tais como as relativas a pessoal, material, elaboração orçamentária, contabilidade, tesouraria, comunicação e documentação, foi este órgão colaborador eficiente, preenchendo plenamente suas múltiplas finalidades.

Mantendo estreita cooperação com os demais órgãos integrantes da máquina administrativa do Território, o Serviço de Administração Geral realizou proveitoso trabalho, cujo resumo consta da discriminação que se segue:

|  |       |
|--|-------|
| decretos lavrados:   |       |
| De nomeação .....  | 121   |
| De exoneração .....  | 124   |
| De remoção .....   | 16    |
| De designação .....  | 13    |
| De readmissão .....  | 9     |
| De dispensa .....  | 9     |
| De prorrogação de posse .....  | 1     |
| Tornados sem efeito .....  | 6     |
| Memoranda .....  | 565   |
| Portarias lavradas:  |       |
| De admissão .....  | 634   |
| De dispensa .....  | 351   |
| De designação .....  | 82    |
| De repreensão .....  | 10    |
| Tornadas sem efeito .....  | 10    |
| Diversas .....   | 9     |
| Outros serviços:   |       |
| Fôlhas de pagamento confeccionadas .....                               | 472   |
| Fôlhas de diárias .....  | 84    |
| Fôlhas para diferença de caixa .....                                   | 10    |
| Processos sobre admissão de extranumerários ..                         | 512   |
| Processos de salário família .....                                     | 110   |
| Carteiras funcionais expedidas .....                                   | 45    |
| Certidões expedidas .....  | 27    |
| Pastas de assentamento individual abertas ....                         | 154   |
| Assentamentos feitos .....   | 96    |
| Fichas de pessoal escrituradas .....                                   | 2.010 |
| Guias expedidas para exame de saúde .....                              | 20    |
| Requisições expedidas para exame de sanidade e capacidade física ..... | 993   |
| Pareceres .....  | 51    |
| Exposições de motivos .....  | 14    |
| Informações .....  | 26    |
| Ofícios expedidos pelo Diretor .....                                   | 75    |
| Memoranda expedidos pelo Diretor .....                                 | 565   |
| Rádiogramas expedidos pelo Diretor .....                               | 202   |
| Ofícios expedidos pela Seção do Pessoal ....                           | 74    |
| Memoranda expedidos pela Seção do Pessoal ..                           | 116   |
| Rádiogramas expedidos pela Seção do Pessoal ..                         | 79    |

O Serviço de Administração Geral possui como órgãos auxiliares as Seções do Pessoal e Material, Oficina Mecânica do Calungá, Administração do



Pôrto de Caracará e Seção de Documentação e Protocolo.

Esses órgãos dentro de suas atribuições tiveram destacadas atividades, cooperando com a Diretoria Geral para cumprimento exato de suas finalidades.

A Seção do Pessoal organizou em perfeita ordem o cadastro do pessoal, registro de decretos, portarias, e outros atos, além de ter sob sua responsabilidade a conexão de folhas de vencimentos, diárias, gratificações etc.

A Seção do Material, tendo sob sua guarda todo o material adquirido pelo Território organizou o seu fichário de maneira a possibilitar fácil controle para conferência e distribuição.

A Oficina Mecânica instalada em prédio próprio, no bairro do Caiunga, deu fiel execução aos trabalhos de sua competência, procedendo a montagem de um novo e possante motor destinado à iluminação pública e torneamento de torça, reparando os veículos do Território e outras máquinas. Dentro dos recursos de que dispõe a Oficina Mecânica vem fabricando diversas peças para caminhões, motores, etc., o que, evidentemente, tem trazido certa facilidade ao reparo das máquinas algumas das quais postas fora de uso, estão hoje reparadas.

A Administração do Pôrto do Caracará controla, com eficiência, os serviços da Administração do Território naquela localidade, onde estão instalados posto médico, estação radiotelegráfica, escolas, sub-delegacia de polícia e serviço terrestre através da estrada de Paracáuba, contornando o trecho encachoeirado do Rio Branco. (Araújo Cavalcanti, op. cit.).

#### XVII — Conclusão: Bases do plano de valorização Econômica do Território Federal do Rio Branco

Pela exposição acima, elaborada no interesse de complementar, com informações atuais, o relatório de Alexandre Hamilton Rice, "The Rio Branco, Uraricuera and Parima", têm os parlamentares brasileiros, principalmente os que integram a Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, uma visão global das realidades do Território Federal do Rio

Branco, com seus sérios problemas de administração e governo.

A publicação da mesma, como a do Relatório Rice, com observações e comentários, em duas partes, possuirá, de certo, o valor de um subsídio aos estudos de levantamento, sobre os quais os órgãos competentes deverão traçar o plano parcial de soerguimento do Território Federal do Rio Branco. Tal plano parcial, tendo em vista os principais setores econômicos da vida territorial, se integrará no plano geral único de valorização econômica da Amazônia. Dentro desta compreensão, devemos apreciar os problemas vitais do Território Federal do Rio Branco, dentro de suas possibilidades econômicas. Neste sentido, devem ser apreciadas as seguintes sugestões:

a) complementar as reservas naturais do Baixo Rio Branco com a execução de um programa de pesquisa agrônômicas e silvicultura das espécies de maior valor, em áreas eleitas das colônias agrícolas a serem organizadas, e através das quais se promoverá o povoamento adequado da região;

b) executar um sério programa de pesquisas do subsolo, principalmente carvão e petróleo, através dos órgãos federais competentes, e estender ao Alto Rio Branco e Região Montanhosa, estudos sobre o potencial hidroelétrico do Território Federal do Rio Branco;

c) intensificar a colonização espontânea do Alto Rio Branco, pela implantação da pecuária racional, devendo, a respeito, ser traçado um programa de reforma agrária e renovação do sistema econômico vigente.

Transportes, recrutamento de imigrantes, experimentação agrícola, organização de plantéis e postos zootécnicos, irrigação e aproveitamento de energia hidroelétrica nada mais são do que providências complementares, de caráter meramente administrativo, daqueles setores de planificação.

Resta, agora, à Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Amazônica, enquanto não for traçado o plano parcial de soerguimento do Território Federal do Rio Branco, cooperar com o seu Governo, no sentido de defender as primeiras medidas que naquêlê sentido serão tomadas, e que, como não poderia deixar de ser devem desde já se exprimir em termos de dinheiro, nas propostas orçamentárias, tanto do Governo Territorial quanto dos ministérios da República. Para tanto,



tem o Território Federal do Rio Branco um representante ilustre no seio da respeitável Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o deputado Antônio Martins. (8)

Não se pode, de maneira nenhuma, pensar numa rápida valorização econômica de uma área igual à de S. Paulo, e ainda nem sequer suficientemente desbravada, isto é, que ainda vive num estágio verdadeiramente colonial da formação brasileira. Tudo se deve fazer no sentido da sua ocupação definitiva, o que implica a sua própria nacionalização, mas não aleatoriamente, sob os impulsos

---

(8) A Revista do Serviço Público divulgou no número anterior, julho-agosto 1948 o trabalho do deputado Antônio Martins sobre o Rio Branco e seus problemas.

da penetração colonizadora estimulada pela fluante e ilusória valorização de certos produtos regionais.

Planejamento econômico, encargo técnico por excelência, não se pode improvisar. Deve ser feito, dentro de um contínuo controle de resultados e permanente reajustamento dos programas às realidades imprevisíveis, no mais largo espaço de tempo possível, em obediência a orçamentos flexíveis e a longo prazo. Dentro dessa orientação é que se devem traçar e executar os planos parciais de vitalização de áreas selecionadas do Território Federal do Rio Branco possivelmente 5 no espaço de 20 anos, conforme o preceito constitucional, compreendendo cada uma setores perfeitamente hierarquizados.